



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO



RELATÓRIO
DE EXECUÇÃO
DO PROGRAMA
DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL
DO DISTRITO FEDERAL

DÉCIMA REVISÃO
ANO 2011

Brasília, maio de 2012.

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DÉCIMA REVISÃO - ANO 2011**

AGNELO QUEIROZ

Governador do Distrito Federal

MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA

Secretário de Estado de Fazenda

PAULO SANTOS DE CARVALHO

Subsecretário do Tesouro

Elaboração

FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS

Gerente de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal

MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS

Coordenadora da Dívida Pública e Ajuste Fiscal

Colaboração Técnica da Equipe:

Subsecretaria da Receita/SEF

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 – SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2011	4
2 – EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2011	7
2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real	7
2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário	8
2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal	11
2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias	12
2.4.1 - Receitas de Origem Tributária	13
2.4.2 – Detalhamento das ações	14
2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária.....	19
2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	20
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real	21
3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA	22
4 – PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2012 A 2014	22
CONCLUSÃO	28
IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES	29

INTRODUÇÃO

O presente relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal visa cumprir um dos compromissos firmados na Meta 5 do Programa firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 9.496/97 e Resolução do Senado Federal nº 68/99.

Os resultados alcançados pelo Governo do Distrito Federal – GDF no exercício de 2011 estão apresentados nos termos propostos pela décima revisão do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal – PAF, firmado entre o GDF e a União. O relatório analisa a execução orçamentária e financeira do GDF, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e traz uma síntese geral do desempenho fiscal do Distrito Federal em relação às metas que foram estabelecidas no Programa para aquele ano, bem como em comparação a exercícios anteriores e apresenta as perspectivas fiscais para o período de 2012-2014.

Ressaltamos que, conforme definição do Termo de Entendimento Técnico, foram considerados neste relatório os cancelamentos de restos a pagar (processados e não –processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º bimestre de 2012).

4

1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2011

Em 2011, o resultado primário do Distrito Federal apresentou-se superavitário em R\$149 milhões, valor superior à meta negativa de R\$ 405 milhões prevista no Programa. Para viabilizar o cumprimento de metas e efetivo controle das finanças públicas, foi editada a Portaria Conjunta SEPLAN/SEF nº 2, de 27 de janeiro de 2011, dispondo sobre o contingenciamento de dotações orçamentárias, programação financeira e o cronograma de desembolso para o exercício financeiro de 2011 no montante de R\$562 milhões nos grupos de despesa 3 e 4.

A tabela abaixo demonstra a evolução do resultado primário no último triênio:

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010 *	2011 *
I - Receita Bruta	9.845	10.703	12.072
Receitas de Arrecadação Própria	7.014	7.819	8.649
ICMS	4.133	4.687	5.230
Outras	2.880	3.132	3.149
Receitas de Transferências	2.831	2.884	3.423
FPE	312	337	415
Outras	2.519	2.548	3.008
II- Despesa com Transf. a Municípios	0	0	0
III- Receita Líquida (I - II)	9.845	10.703	12.072
IV- Despesa não financeira	10.420	10.573	11.923
Pessoal	4.702	5.289	6.293
OCC	5.718	5.285	5.630
Investimentos	1.383	977	908
Inversões	121	120	193
Outras Despesas Correntes	4.096	4.006	4.295
Sentenças Judiciais	119	183	234
V - Resultado Primário (III - IV)	(576)	130	149

* Os valores já consideram o valor de restos a pagar cancelados

FONTE: SIGGO

A receita bruta do Distrito Federal alcançou, em 2011, R\$ 12,1 bilhões, apresentando acréscimo real de 3,93% em relação à do ano anterior, com base na inflação, desconsideradas as receitas previdenciárias, conforme Tabela 1. Ressalte-se que a exclusão das receitas previdenciárias do Programa ocorreu a partir do exercício de 2009, por alteração metodológica em virtude da institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal.

Em 2011, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 7,6 bilhões e crescimento 11,3% em comparação ao ano de 2010. Apresentou-se superior à prevista em R\$ 153 milhões em decorrência, principalmente, da arrecadação do ICMS, IPVA e IPTU acima dos valores inicialmente previstos.

A receita realizada do ICMS alcançou R\$ 5,2 bilhões, superior em R\$ 85 milhões à prevista para 2011. O ISS arrecadou R\$ 941 milhões em 2011, abaixo da prevista em R\$ 18 milhões. O IPVA apresentou acréscimo de R\$ 81 milhões em relação à meta projetada no Programa e a arrecadação do IPTU, em 2011, foi superior à previsão em R\$ 33 milhões.

Quanto às receitas de transferências, houve um aumento de R\$ 539 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento, em termos reais, representou acréscimo de 9,36% em relação aos valores do exercício de 2010, sendo R\$381 milhões nas transferências correntes e R\$ 158 milhões nas transferências de capital.

As receitas de operações de crédito somaram R\$153,2 milhões em 2011 (R\$ 292 milhões em 2010) e a receita de alienação de bens R\$ 28,4 milhões.

As despesas não financeiras, em 2011, superaram as do ano anterior em R\$ 1,3 bilhão, o que exprime um aumento real de 3,91%. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao acréscimo das despesas com pessoal e encargos em R\$ 1,0 bilhão, bem como ao aumento de R\$ 289 milhões em outras despesas correntes. Já os investimentos apresentaram um decréscimo nominal de R\$ 69 milhões em relação ao ano de 2010.

Mesmo com um aumento em relação ao exercício anterior, as despesas de pessoal se mantiveram inferiores ao limite previsto de 60% da Receita Corrente Líquida, tendo atingido 52,28% desta última, excluídas as despesas com inativos e pensionistas. Consta no cômputo das despesas o transbordo de gastos nas áreas de saúde, educação e segurança¹ mantidas pelo Fundo Constitucional do DF, no valor de R\$ 3,8 bilhões para o tesouro local, contra R\$ 2,9 bilhões despendidos em 2010 e R\$ 2,6 bilhões em 2009.

Quanto às despesas previdenciárias, desde o exercício de 2009 o Distrito Federal passou a figurar no ranking dos Entes que estão capitalizando recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões a partir da segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/07 não mais dependam dos recursos do Tesouro, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF. Desta forma, em 2011, pelo terceiro ano consecutivo, a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal-IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF como gestor único do RPPS/DF, tendo suas despesas excluídas do somatório dos gastos com pessoal e encargos.

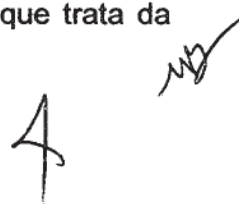
¹ Vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil cedidos para a PMDF e CBMDF e Gratificações instituídas por leis distritais.

As despesas de investimentos apresentaram variação negativa no período (R\$908 milhões em 2011 e R\$977 milhões em 2010). Do total investido em 2011, as despesas efetuadas com fontes de recursos contratados por operações de crédito apresentaram o montante de R\$ 127,7 milhões, contra R\$ 303 milhões de 2010 e R\$ 226 milhões em 2009. As inversões financeiras foram R\$193 milhões no exercício, uma variação de R\$ 74 milhões em relação ao ano de 2010.

Ao final de 2011, a Dívida Financeira do Distrito Federal atingiu R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão de contratos internos e R\$ 609 milhões de recursos externos. Do montante da Dívida Interna, R\$ 1,1 bilhão refere-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97.

A relação anual Dívida/Receita Líquida Real - RLR apresentou-se em 0,24, demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento, desde o refinanciamento de sua dívida com a União em 1999.

Desta forma, a combinação dos desempenhos das receitas e despesas não financeiras do Distrito Federal, em 2011, se traduziu no superávit primário de R\$ 149 milhões, consideradas as despesas empenhadas com recursos de superávits financeiros de anos anteriores, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2, que trata da meta nº 2 - Resultado Primário.



2 - EVOLUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2011

2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real

DÍVIDA/RLR	2011	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	≤ 1	0,24

No exercício de 2011, a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real apresentou o índice de 0,24, bem abaixo da meta do Programa, conforme mostra a Tabela 2.

TABELA 2 - DÍVIDA CONSOLIDADA (R\$ milhões)

ITENS	2008	2009	2010	2011
Dívida Financeira	2.036	2.114	2.377	2.542
Interna	1.644	1.741	1.888	1.933
Externa	392	373	489	609
Receita Líquida Real	9.034	8.519	9.526	10.637
Relação Dívida Consolidada/RLR *	22%	25%	25%	24%

FONTE: SIGGO

A manutenção deste indicador ocorreu mesmo com o acréscimo nos estoques da Dívida Interna e Externa, haja vista o crescimento da Receita Líquida Real do Distrito Federal no exercício, aliado à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF.

Um dos motivos do aumento da dívida em 2011 foi pela variação dos indexadores e moeda contratual, ocasionando uma atualização do saldo devedor pela correção monetária e cambial de cada contrato. Neste sentido, o crescimento da dívida interna está diretamente relacionado à elevação do IGP-DI no decorrer do ano (+5,0125%), sendo este o indexador do contrato de refinanciamento com a União (Lei nº 9.496/97), que tem grande representatividade no estoque desta dívida (45,22% do total da dívida).

Outro motivo que ocasionou o aumento da dívida diz respeito ao volume de liberações ocorridas no ano. Quanto ao credor Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, o aumento no estoque foi devido aos desembolsos de um dos contratos que ainda está em fase de liberações, no total de R\$ 83,5 milhões. Já os contratos vinculados à Caixa Econômica Federal – CAIXA sofreram pouca variação

devido à baixa variação da Unidade Padrão de Referência-UPR e também ao pequeno volume de desembolsos, que totalizaram R\$ 26,4 milhões. No caso da Dívida Externa, ocorreram liberações no contrato do Programa Transporte Urbano no valor de R\$ 2,4 milhões pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; nos contratos dos Programa de Saneamento Ambiental no valor de R\$ 14,5 milhões e Programa de Modernização da gestão pública do DF (SWAPP) no valor de R\$ 24,8 milhões, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD; e no Programa de Gestão das águas e Drenagem Urbana no valor de R\$ 1,6 milhões, pela Corporação Andina de Fomento – CAF.

Por fim, cabe ressaltar que no ano de 2011 foram assinados 3 novos contratos junto à CAIXA, ainda não liberados: um destinado à modernização da Secretaria de Estado de Fazenda, um destinado à Implantação do Trecho 1 - Aeroporto Internacional de Brasília/Terminal Asa Sul – VLT e um destinado à Ampliação da DF 047 e Obra de Arte Especial - Acesso ao Aeroporto Brasília.

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	2011	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	- R\$405 milhões	R\$149 milhões

O resultado primário de R\$ 149 milhões apurado ao final de 2011 sustentou a tendência de resultado primário positivo iniciada em 2010 (R\$130 milhões). Esta situação demonstra o compromisso do Distrito Federal com a solvência da sua dívida, visto que o superávit apresentado foi superior à meta programada (R\$ 405 milhões negativos).

Este desempenho financeiro e fiscal do Distrito Federal, somado à diferença entre as receitas financeiras e o pagamento dos juros da dívida (R\$ 107 milhões), gerou em 2011 uma necessidade de financiamento líquida anual de 113 milhões. O resultado acrescido das fontes de financiamento oriundas de alienação de ativos (R\$ 28 milhões) e do ingresso de operações de crédito (R\$ 153 milhões), descontado do valor da amortização da dívida (R\$ 143 milhões), apresentou, no ano, uma suficiência financeira de R\$ 295 milhões, de acordo com a tabela a seguir.

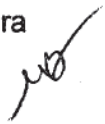
4 

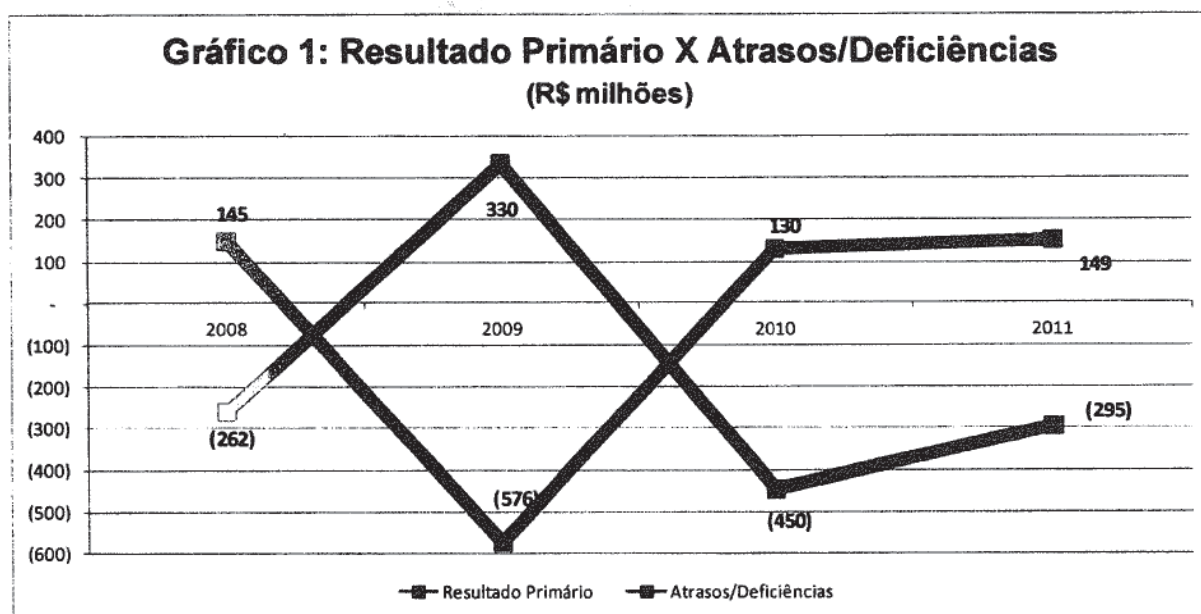
TABELA 3 – DETALHAMENTO DOS ATRASOS/DEFICIÊNCIAS (R\$ milhões)				
ITENS	2008	2009	2010	2011
(A) Resultado Primário	145	(576)	130	149
(B) Juros Líquidos	(70)	(58)	(91)	(107)
(C) Necessidade de Financiamento (B - A)	(215)	517	(221)	(256)
(D) Amortização da Dívida	109	124	130	143
(E) Fontes de Financiamento	157	311	359	182
(F) Atrasos/Deficiências * (C + D - E)	(262)	330	(450)	(295)

FONTE: SIGGO

Nota: Atrasos/Deficiência: Diferença entre a necessidade de financiamento agregada ao valor da amortização da dívida e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos).

*Valores negativos: Indicam que a receita líquida anual e as fontes de financiamentos foram mais do que suficientes para honrar as despesas com a dívida do DF.

Da análise do gráfico 1, a seguir, verifica-se a relação da evolução dos resultados primários e dos atrasos/deficiências apresentados no triênio anterior ao exercício de 2011 em análise. O fato de os atrasos/deficiências terem apresentado resultado negativo demonstra que a soma do resultado primário com as fontes de financiamento do GDF foi suficiente para honrar os compromissos financeiros do serviço da dívida e ainda suportar investimentos na ordem de R\$ 908 milhões.



Ressalte-se, ainda, que o primário realizado apresentou-se superior em R\$ 554 milhões à meta projetada em decorrência, principalmente, do controle exercido sobre as despesas de custeio da administração no decorrer do ano de 2011. Tais gastos apresentaram-se inferiores ao teto de contenção estipulado na meta 5 para Outras Despesas Correntes.

Observa-se, ainda, da Tabela 3, que pelo quarto ano consecutivo desde a assinatura do Programa, os juros líquidos (diferença entre a receita financeira e o pagamento dos juros da dívida) apresentaram-se negativos, com resultado de R\$ 107 milhões em 2011. A trajetória iniciada em 2008 deve-se ao desempenho favorável das receitas financeiras, que se mantiveram superiores aos valores dos juros da dívida.

4

mm

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

DESPESAS PESSOAL/RCL	2011	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	60 %	52,28% *

Nota: * Excluídas as despesas com Inativos e Pensionistas

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram ao final de 2011 R\$ 6,29 bilhões e representaram 52,28% da Receita Corrente Líquida-RCL anual (R\$ 12,04 bilhões). Tal valor, ainda que aquém do limite estabelecido de 60%, foi superior à projeção de comprometimento acordada para o ano de 47,24% da RCL, sem, entretanto, comprometer o atingimento da meta de resultado primário do Programa, haja vista contenção das outras despesas correntes.

Do total gasto com Pessoal foram desconsideradas as despesas com inativos e pensionistas, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF em 2009 (Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008).²

Os valores dispendidos com inativos, pensionistas e outras despesas para manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPREV/DF excluídas no cômputo da meta totalizaram R\$ 970 milhões, no exercício de 2011.

As despesas com Pessoal considerada no programa somaram R\$6,3 bilhões em 2011 (R\$5,3 bilhões em 2010), representando um crescimento real de 9,65% em relação a 2010. Tal variação explica-se, principalmente, por reajustes concedidos por força de leis publicadas em 2009, 2010 e 2011.

Conforme se verifica da Tabela 6, os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo e Legislativo do Distrito Federal se mantiveram, no triênio, com a representatividade média de 86% e 6%, respectivamente.

² Considerando a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF, por meio da Lei Complementar nº 769 de 30/06/2008, as despesas com Inativos e Pensionistas foram classificadas na Lei Orçamentária Anual/2010 no grupo de Outras Despesas Correntes. A partir de maio de 2011, tais valores voltaram a ser classificados no grupo de Pessoais e Encargos Sociais, mas permanecendo fora do cômputo para fins do Programa.

TABELA 6 - DESPESA DE PESSOAL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	2011
Poder Executivo (Adm. Direta)	3.569	3.959	4.788
Poder Executivo (Adm. Indireta)	491	559	628
Poder Legislativo	279	305	325
Inativos e Pensionistas	0	0	0
Outras *	363	466	553
Total	4.702	5.289	6.294

FONTE: SIGGO

* Composta por Salário Família, Despesas de Pessoal com Contrato de Terceirização e Ressarcimento de Pessoal Requisitado.

Os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal/FCDF não integram a execução orçamentária registrada no Sistema de Gestão Governamental-SIGGO e, portanto, não fazem parte do Programa. Entretanto, o aporte de recursos do Tesouro em complemento aos valores do FCDF/DF para custear os salários das áreas de saúde, educação e segurança está considerado no cômputo das despesas de 2011 e contribuíram sobremaneira na expansão das despesas com pessoal. O valor de R\$ 3,8 bilhões despendido pelo tesouro local, no ano de 2011, representou um aumento nominal de R\$ 746,7 milhões (24,59%) em relação ao valor liberado no exercício de 2010 e R\$ 375,9 milhões (14,12%) em relação ao de 2009.

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA	2011	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R\$ 8.621 milhões	R\$ 8.649 milhões

As receitas próprias do Distrito Federal atingiram o montante de R\$ 8.649 milhões, ao final do exercício de 2011, superando nominalmente em R\$ 830 milhões as receitas arrecadadas no ano anterior, com crescimento de 10,6% e R\$ 28 milhões superior à meta.

A tabela 7, a seguir, apresenta um comparativo detalhado entre a meta e a realização das receitas próprias no exercício.

TABELA 7 - RECEITAS PRÓPRIAS (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	2011		Diferença (Meta x Realizado)
			Meta	Realizado	
Tributária	6.105	6.849	7.471	7.624	153
<i>Impostos</i>	5.991	6.723	7.324	7.488	164
ICMS	3.984	4.494	4.987	5.009	22
ISS	759	856	959	941	
Imposto Simples	150	193	158	221	63
IPTU	365	400	413	446	33
ITBI	172	210	230	209	(2)
ITCD	26	33	34	39	5
IPVA	536	537	542	623	81
<i>Taxas</i>	114	126	148	136	(12)
Receita de Contribuição	106	84	129	114	(15)
Patrimonial (excluídas as receitas financeiras)	94	95	153	70	(83)
Agropecuária	0	0	0	0	0
Industrial	2	3	0	4	4
Serviços (excluídos os serviços financeiros)	233	293	307	308	1
Dedução da Receita de Vendas e Serviços	0	5	0	4	4
Outras Correntes	420	487	522	529	7
Multas/Juros de Mora	183	226	232	254	23
Indeniz. Restituições	27	20	19	15	(4)
Receita da Dívida Ativa	94	138	147	181	34
Receitas Diversas	116	102	124	78	(46)
Receitas de Capital - Amortização de Empréstimos	55	13	39	5	(54)
Total	7.014	7.819	8.621	8.649	29

FONTE: SIGGO

2.4.1 - Receitas de Origem Tributária

Em 2011, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 7.624 milhões, ficando superior à prevista em R\$ 153 milhões.

Os itens de receita que mais contribuíram para explicar a realização da receita superior à previsão foi a arrecadação superior à meta do ICMS, Imposto Simples, IPTU e IPVA.

Os itens de receita que mais contribuíram para explicar a superação da receita realizada em relação à prevista foram o IPVA e o ICMS, como também o IPTU e outras receitas correntes. Por outro lado, o ISS e as taxas apresentaram frustração de receita realizada em relação à prevista.

A receita realizada do ICMS foi de 5,0 bilhões, superior em R\$ 22,0 milhões à prevista no PAF para 2011. Parte desse resultado pode ser explicada pelo aumento da

arrecadação do segmento do comércio varejista, a qual foi positivamente impactada pelo Programa Nota Legal e pelo projeto da fiscalização tributária que alcançou contribuintes com divergências entre faturamento declarado e faturamento obtido junto a administradoras de cartão de crédito. Ainda, foi observado crescimento na arrecadação dos setores de comunicação e energia elétrica devido a ocorrência de arrecadações extemporâneas no final do ano.

O ISS arrecadou R\$ 941,3 milhões em 2011, ficando inferior à receita prevista em R\$ 17,9 milhões. Esse resultado está relacionado ao fraco desempenho da arrecadação na modalidade de retenção por órgãos públicos distritais. Ainda, foi observada tendência de curto prazo de baixa de atividades no comportamento das empresas do setor de serviços a partir de março de 2011, que é medida pelo Índice de Confiança de Serviços - ICS da FGV, de abrangência nacional.

A receita realizada pelo SIMPLES em 2011 foi de R\$ 221,4 milhões, excedendo em R\$ 63,0 milhões a prevista. Esse resultado está associado ao incremento de 20,6% do número de contribuintes pagantes do SIMPLES entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011.

O IPVA apresentou acréscimo de R\$ 81,1 milhões de arrecadação em 2011 em relação à receita prevista no PAF, em novembro de 2010, o que indica subestimação de previsão. Essa subestimação decorreu do lançamento do IPVA de 2011 superior ao previsto em 2010, obtido pela atualização pela variação do INPC da receita bruta de 2010.

A arrecadação do IPTU em 2011 foi superior à previsão em R\$ 33,0 milhões em relação à receita prevista no PAF, em novembro de 2010, o que indica uma subestimação de previsão. Essa subestimação decorreu do lançamento do IPTU de 2011 superior ao previsto em 2010, obtido pela atualização pela variação do INPC da receita bruta de 2010.

O crescimento da arrecadação das taxas em 2011 de 8% em relação a 2010 não foi suficiente para alcançar a previsão para 2010, resultando um déficit de R\$ 11,8 milhões.

2.4.2 – Detalhamento das ações

Em 2011, no âmbito da Coordenação de Fiscalização Tributária da SUREC, apresentam-se as principais ações de combate à evasão e sonegação fiscal desenvolvidas:

Projeto	Objetivo	Resultado
Cartão débito/crédito	Apuração de diferença entre o livro fiscal eletrônico e a receita informada pelas administradoras de cartão.	22.000 contribuintes com diferenças apuradas.
Projeto Cartão x ECF	Alcançar contribuintes que operam com cartão de débito/crédito mas não utilizam equipamentos emissores de cupom fiscal	1.700 contribuintes notificados.
Nota Legal	Incentivar a emissão de documentos fiscais	5.500 contribuintes autuados.
Nota fiscal não escriturada	Apurar incongruências entre as notas fiscais lançadas no livro fiscal eletrônico do emitente com os livros dos destinatários	100 contribuintes alcançados.
Projeto XK	Extração da memória fiscal dos equipamentos emissores de cupom fiscal e comparação com o livro fiscal eletrônico.	28 contribuintes auditados.
Créditos do ICMS	Identificação de créditos discrepantes/falsos, com cancelamento dos créditos irregulares.	10 contribuintes foram identificados adquirindo créditos provenientes de empresas irregulares. Além desses, 2 empresas apresentaram créditos discrepantes; 4 aproveitaram crédito indevido na aquisição interestadual de mercadorias; e 18 aproveitaram crédito indevido de substituição tributária.
Confronto Nota Fiscal Eletrônica com Livro Fiscal Eletrônico	Notas fiscais eletrônicas de saída de mercadorias dos estabelecimentos, emitidas mas não registradas na apuração do ICMS devido pelo contribuinte.	2 cobranças por omissão de receita.

4

Indicadores de Desempenho

- **IA - Índice de Assertividade** = $\{ \text{N.º de auditorias concluídas com Crédito Constituído} / \text{N.º de auditorias concluídas} \} \cdot 100$
86 %, em novembro de 2011
Demonstra o percentual de auditorias concluídas com crédito constituído.
- **PMCA - Prazo médio de conclusão de auditorias, por auditor, em dias** =
21 dias, em novembro de 2011
Demonstra o prazo médio, em dias, para conclusão de auditoria, por auditor.
- **VCPAC - Valor do Crédito Constituído por auditorias concluídas** = $(\text{Crédito Constituído} / \text{N.º de auditorias concluídas})$
R\$ 960.493,95/ auditoria, em novembro de 2011
Demonstra o valor médio de crédito constituído, por auditoria, por mês.
- **VCPAM - Valor do Crédito Constituído, por auditor, por mês** = $(\text{Crédito Constituído} / \text{quantidade de auditores envolvidos} / \text{quantidade de meses})$
R\$ 1.370.622,22/auditor/mês, em novembro de 2011
Demonstra o valor médio de crédito constituído, por auditor, por mês.

Na atividade de fiscalização de mercadorias em trânsito, a identificação de irregularidades resultou em 2.281 autuações, no valor total de R\$ 55,2 milhões. Na conferência de cargas em terminais, transportadoras e em veículos, as irregularidades relevantes são as constatações de nota fiscal com destinatário inexistente ou irregular, mercadoria desacompanhada de nota, utilização indevida da mesma nota e a divergência entre o que está descrito na nota fiscal e a inspeção física.

Assim, considerando o valor das autuações pela atividade de fiscalização em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços de R\$ 1,18 bilhão, o total do crédito constituído pela Coordenação de Fiscalização Tributária foi de R\$ 1,2 bilhão em 2011.

4

No tocante às ações implementadas pela Coordenação de Arrecadação Tributária da SUREC, responsável pelo lançamento do IPTU/TLP e do IPVA, gestão dos cadastros de contribuintes e recuperação do crédito tributário, foram adotadas as seguintes medidas:

Medida	Resultados alcançados em 2011
Desenvolvimento de nova rotina de cobrança da diferença de valores devidos declarados e os pagamentos efetuados por contribuintes do ICMS e do ISS (Novo Rito Especial).	Homologação concluída aguardando a implementação no ambiente de produção.
Proposição de desenvolvimento de sistema para acesso a bases de dados da Receita Federal do Brasil (CPF e CNPJ), objetivando consistência de dados cadastrais.	Negociação com a RFB ainda pendente, aguardando reunião com a RFB com o objetivo de viabilizar consulta em lote dos dados cadastrais (hoje, a consulta é feita individualmente).
Inscrição de débitos em Dívida Ativa	Inscrição de 554.378 débitos no valor de R\$ 493.933.217,51.
Recuperação de débitos inscritos em Dívida Ativa	Em março de 2011, a cobrança realizada resultou em R\$ 19,9 milhões acima da receita média mensal da Dívida Ativa na época (R\$ 13,7 milhões). Ao longo do ano, houve a concessão de parcelamento ao pagamento de 204.067 débitos no valor de R\$ 230.881.412,41.

Quanto à Coordenação de Tributação da SUREC, responsável pela formulação e esclarecimento de normas e julgamento do contencioso administrativo-fiscal em primeira instância, foram providenciadas as seguintes alterações legislativas em 2011:

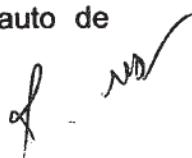
- a) Lei nº 4.567/2011 e seu respectivo regulamento, Decreto nº 32.269/2011, que reformulou o Processo Administrativo Fiscal;

4 *ms*

-
- b) Decreto nº 33.168/2011, que estabelece procedimentos especiais de auditoria nas operações interestaduais sujeitas ao ICMS entre contribuintes com a mesma raiz do CNPJ;
 - c) Decreto nº 32.029/2011, que instituiu a substituição tributária interna para os serviços de comunicação prestados no Distrito Federal por não inscrito no Cadastro Fiscal;
 - d) minuta de Decreto para incorporar na legislação distrital a exigência de cobrança de diferença de alíquota estabelecida pela legislação do Simples Nacional; e
 - e) ajustes na legislação relativa ao Programa Nota Legal visando maior controle na distribuição dos créditos.

Vale destacar que na atividade de esclarecimento de normas, as situações fáticas objeto de consulta pelos contribuintes permitem identificar possíveis condutas em desacordo com a legislação tributária, o que motiva alterações na legislação tributária tendentes a coibir ou dificultar a prática de ilícitos tributários.

Em 2011, as principais ações executadas no âmbito do julgamento em primeira instância do contencioso administrativo-fiscal foram:

- a) gestões para aprimorar o sistema de acompanhamento dos processos do contencioso que propiciará, entre outras ações, o monitoramento das causas de fragilidade do lançamento tributário e a notificação virtual das decisões aos contribuintes;
 - b) reuniões com os setores responsáveis pelo lançamento do crédito tributário para apresentação dos problemas detectados no julgamento, bem como, para melhor aplicação do novo processo administrativo fiscal (Lei nº 4.567/2011), objetivando maior celeridade nos trâmites processuais; e
 - c) controle e cobrança do atendimento das diligências expedidas pelo julgamento com objetivo de impedir a decadência prevista no art. 149, parágrafo único, do CTN, em caso de revisão de ofício do auto de infração/apreensão.
- 

Renúncia de Receitas

A renúncia de receita tributária atingiu R\$ 728 milhões em 2011, sendo R\$ 631 milhões referentes a benefícios do ICMS. A renúncia representou 10% do total da arrecadação (vide tabela a seguir).

TABELA 8 - RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (R\$ milhões)

TRIBUTOS	RENÚNCIA	ARRECAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
ICMS	631	5.009	13%
ISS	18	941	2%
IPTU	57	446	13%
ITCD	0	39	0%
IPVA	8	623	1%
TLP	9	84	11%
Multas e juros	4	100	4%
Total	728	7.242	10%

Fonte: Núcleo de Política Fiscal/COPET/SUREC

2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária

Em 2011, as receitas próprias não tributárias mantiveram participação de 12% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, apresentando crescimento nominal de 5,7%, em relação ao exercício anterior.

Em relação à meta, estas receitas mantiveram-se aquém em R\$ 124 milhões. Esta diferença decorreu, principalmente, de projeção majorada para as receitas patrimoniais (respondendo por R\$ 83 milhões da diferença), pelo fato da remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência não terem sido excluídas da meta, apenas do valor realizado.

As receitas de Serviços totalizaram R\$308 milhões em 2011, praticamente o valor definido na meta (R\$307 milhões). Destacam-se dentro desse total R\$ 99 milhões arrecadados com Serviços de Transportes (R\$ 93 milhões em 2010 e R\$ 94 milhões em 2009) e R\$ 164 milhões advindos das receitas com Serviços de Trânsito (R\$ 157 milhões em 2010 e R\$ 122 milhões em 2009).

4

2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Com respeito aos compromissos previstos no Programa de Ajuste Fiscal para 2011, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Realizou dispêndios com "Outras Despesas Correntes" que apresentou o índice de 40,38% em relação à Receita Líquida Real-RLR do exercício, abaixo dos 46,25% da RLR definido na meta.
- Encaminhou à Secretaria do Tesouro Nacional-STN, até o dia 31 de maio de 2012, o relatório de execução do PAF relativo ao exercício de 2011;
- Manteve atualizado o Sistema de Coleta de Dados Contábeis-SISTN, junto a Caixa Econômica Federal de acordo com as normas estabelecidas pela STN;
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento do Programa, na Coordenação da Dívida Pública e Ajuste Fiscal por meio da Gerência de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 33.370, de 29/11/2011, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);
- Dispõe de estrutura técnico-institucional para acompanhamento das Empresas Dependentes do Distrito Federal por meio da Gerência de Acompanhamento dos Haveres vinculada à Coordenação de Acompanhamento dos Haveres e do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal, subordinados a atual Subsecretaria do Tesouro do Distrito Federal (Decreto n.º 33.370, de 29/11/2011, que reestruturou a Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal);
- Divulgou no site da Secretaria de Estado de Fazenda informações sobre o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

7 MB

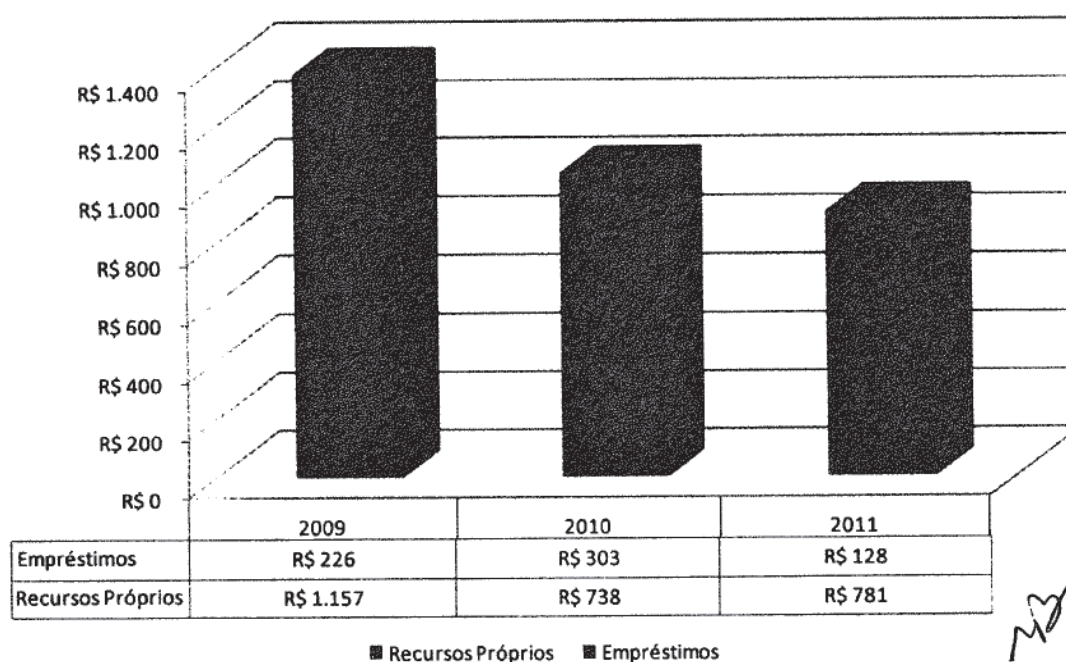
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

INVESTIMENTO/RLR	2011	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	14,94%	10,35%

Os investimentos e as inversões financeiras do Governo do Distrito Federal, em 2011, totalizaram R\$ 1,10 bilhão, mantendo a relação Investimento e Inversões/RLR em 10,35%, abaixo dos 14,94% definido pelo Programa.

As despesas com investimentos somaram R\$ 908 milhões em 2011, R\$ 1,04 bilhão em 2010 e R\$ 1,38 bilhão em 2009, valores que corresponderam a 10,35%, 11,6% e 16,2% da RLR nos respectivos exercícios. O gráfico 2, abaixo, detalha a origem dos recursos investidos durante o período de 2009 a 2011.

**Gráfico 2: Investimento por fonte
(R\$ milhões)**



Destacamos que, em 2011, o GDF deu prosseguimento aos projetos iniciados em anos anteriores e concluiu diversas obras.

As receitas de operações de crédito que financiaram as despesas com investimentos totalizaram R\$ 127,7 milhões, sendo R\$ 114,2 milhões de financiamentos internos e R\$ 13,6 milhões externos.

As despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente pela constituição/aumento de capital (R\$23 milhões) e continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEF (R\$170 milhões).

3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA

Considerando que 2012 é o último ano do Programa vigente, o Distrito Federal procederá à revisão nos termos acordados com a Secretaria do Tesouro Nacional.

4 – PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2012 A 2014

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 4.614, de 12/08/2011), base legal para orientar a elaboração e execução do orçamento do Governo do Distrito Federal, para o exercício de 2012, estabeleceu metas relativas às receitas, despesas, resultados primário, nominal e montante da dívida pública, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), para o triênio 2012 a 2014 nos seguintes montantes:

4

TABELA 9 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2012		2013		2014	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
Receitas Primárias	15.343	14.602	16.836	15.306	18.286	15.890
Despesas Primárias	15.333	14.592	16.824	15.295	18.274	15.879
Resultado Primário	10	10	12	11	13	11
Resultado Nominal	296	282	1.077	979	1.009	876
Dívida Pública Consolidada	4.777	4.546	5.861	5.328	6.901	5.997

FONTE: Lei nº 4.614/2011 (LDO/2012).

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA/2012 (Lei nº 4.744/11, de 29/12/2011), a Receita Orçamentária do Distrito Federal para 2012 foi estimada em R\$ 16,86 bilhões, sendo R\$ 14,05 bilhões recursos do Tesouro e R\$ 2,81 bilhões de Outras Fontes de Recursos, com a fixação da despesa orçada no mesmo valor e Resultado Primário de R\$ 10 milhões.

TABELA 10 - RECEITAS LEI ORÇAMENTÁRIA - TODAS AS FONTES (R\$milhões)

DISCRIMINAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Receitas Correntes	14.498	709	15.207
Receita Tributária	10.675	-	10.675
Receita De Contribuições	150	1.277	1.427
Receita Patrimonial	395	53	448
Receita Agropecuária	0	-	0
Receita Industrial	3	0	3
Receita de Serviços	26	340	366
Transferências Correntes	2.890	(1.410)	1.480
Outras Receitas Correntes	359	449	807
Receitas de Capital	966	431	1.396
Operações de Crédito	773	-	773
Alienação de Bens	-	6	6
Amortizações	8	-	8
Transferências de Capital	185	425	610
Receitas Intra-Orçamentárias	9	245	255
Dedução das Transferências Correntes (FUNDEB)	(1.421)	1.421	-
Total	14.051	2.806	16.858

Fonte: Lei nº 4.744/2011 (LOA/2012).

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2012 a 2014 consistem em:

a) base de cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2012 a 2014 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2012 e seguintes.

Em relação ao Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRPQN tomou-se como base os valores redefinidos nas projeções de reajuste salarial do servidor do Distrito Federal, reestruturação, nomeações decorrentes de concursos públicos, além de estimativa de crescimento vegetativo, de 2,5% em média.

No que tange as demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2012, utilizando-se os índices de inflação (IGP-DI) e do crescimento real do PIB. Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, em conformidade com os processos de contratação de crédito, instante em que é observado o equilíbrio fiscal mesmo apontando para um resultado primário negativo pelo critério da metodologia do Programa.

b) hipóteses macroeconômicas

Considera-se o PIB e o IPCA como sendo as principais variáveis para explicar o crescimento real das receitas distritais, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências, acompanham o ritmo das atividades econômicas. Assim, para os exercícios 2012, 2013 e 2014, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional da ordem de 4,26%, 4,53% e 4,64%, respectivamente.

As taxas de inflação (IPCA) consideradas para tais períodos foram de 5,08%, 4,68% e 4,62%, conforme pesquisa no site do Banco Central do Brasil.

Com relação à rubrica Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), foi considerada, para efeito dos cálculos das projeções, a variável CVDPA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) da ordem de 2,5%.

A estimativa das despesas para o exercício de 2012 foi programada no mesmo valor das receitas, e seguem detalhadas, segundo as categorias, na tabela 12:

TABELA 11 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ milhões)

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	11.381	2.051	13.432
Pessoal e Encargos Sociais	6.644	1.504	8.147
Juros e Encargos da Dívida	202	3	205
Outras Despesas Correntes	4.535	545	5.080
Despesas de Capital	2.520	448	2.968
Investimentos	1.786	442	2.227
Inversões Financeiras	543	0	543
Amortização da Dívida	192	6	198
Reserva de Contingência	150	307	457
Total	14.051	2.806	16.858

Fonte: Lei nº 4.744/2011 (LOA/2012).

A base para a projeção das despesas leva em consideração as variáveis estipuladas para as receitas, sendo que para a rubrica "Pessoal e Encargos" adotou-se a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual), 3% para o Poder Executivo e 2,5% para o Poder Legislativo e autorizações específicas para aumento de despesas de pessoal, tais como criação de cargos, reajuste geral para servidor e nomeações decorrentes de concurso público.

Para as despesas correntes, foram consideradas as necessidades mínimas individuais de cada órgão, levando-se em conta, ainda, as estimativas para investimentos, buscando-se com essa medida reduzir custeio para ampliar investimentos.

Importante ressaltar que a despesa de pessoal a partir de janeiro de 2009 tende a reduzir no montante de recursos destinados ao custeio de inativos e pensionistas, pois, como o controle, a arrecadação, as aplicações financeiras e os pagamentos passaram a ser efetuados pelo Instituto de Previdência Social do Servidor do Distrito Federal – IPREV-DF, a contabilidade é diferenciada, na forma do Manual de Contabilidade do Regime Próprio de Previdência Social do Ministério da Previdência Social, combinado à Portaria Conjunta SOF/STN nº 03, de 14.10.2008, inclusive com Reserva Própria do RPPS, para pagamentos futuros.

Com base nos valores das receitas e despesas aprovadas na LOA/2012, foi montada a programação financeira de R\$ 15,3 bilhões nos grupos de despesas 1 a 6 de um total de R\$ 16,3 bilhões das dotações orçamentárias aprovadas na LOA/2012, incluindo as Reservas (grupo 9). Da diferença entre esses dois valores, R\$ 457,4 milhões refere-se à reservas. Os R\$ 482,8 milhões restantes (Fontes: 100 – Ordinário não Vinculado e 114 – Limpeza Pública) foram contingenciados nos grupos 3 e 4, haja vista reavaliação na projeção das receitas tributárias para o exercício de 2012 feita antes da edição da portaria conjunta SEF/SEPLAN. Posteriormente, após verificar a conveniência e oportunidade quanto à preservação no equilíbrio entre as receitas e despesas públicas distritais, as autoridades competentes resolveram editar a Portaria Conjunta SEF/SEPLAN nº 3, de 27fev2012, contingenciando mais R\$ 192,4 milhões na fonte 100. Com isto, verifica-se que o total contingenciado alcançou R\$ 675,2 milhões, ficando assim a programação financeira atual para o exercício 2012 no montante de R\$ 15,2 bilhões.

As ações previstas para comporem as metas de arrecadação própria para o triênio 2012-2014 encontram-se detalhadas a seguir:

- Fortalecimento da fiscalização do ISS por meio do aumento do efetivo de pessoal e capacitação;

- Ampliação do universo de contribuintes sujeitos à substituição tributária do ISS;
- Aprimoramento dos critérios de transferências de créditos entre contribuintes do ICMS;
- Adesão ao sistema de Reconhecimento e Controle das Operações com Papel Imune – RECOPI;
- Realocação dos postos fiscais nas rodovias BR 040 e BR 060;
- Modernização da sistemática de transmissão de dados com os postos fiscais;
- Implementação do conhecimento de transporte eletrônico;
- Parceria com a Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para monitoramento do trânsito de veículos de carga por meio de sistema de câmeras com OCR;
- Parceria com a Receita Federal do Brasil e com os Cartórios para atualização do cadastro de imóveis da Secretaria de Estado de Fazenda;
- Cobrança do ITCD com base em dados das declarações do Imposto de Renda disponibilizados pela Receita Federal do Brasil;
- Parceria com entidades gestoras de cadastros de inadimplentes para inclusão de devedores junto à fazenda pública do Distrito Federal;
- Aperfeiçoamento do Programa Nota Legal;
- Implantação de nova rotina de cobrança da diferença de valores devidos declarados e os pagamentos efetuados por contribuintes do ICMS e do ISS (Novo Rito Especial);
- Utilização das operadoras de cartão de crédito/débito como agentes arrecadadores;
- Elaboração de proposta para adesão à REDESIM - Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios com a Receita Federal do Brasil;
- Implementação de sistema de gestão de dados e informações fiscais - *Business Intelligence*;
- Revisão geral das multas por descumprimento da obrigação tributária, de forma a redefinir condutas infracionais e prever sanções correspondentes;
- Integrar o sistema de acompanhamento dos processos do contencioso administrativo fiscal com os demais sistemas corporativos, em especial com o módulo ação fiscal visando propiciar histórico das autuações e decisões de primeira instância;
- Prover a programação fiscal de material produzido em sede de consulta relativa a dúvidas sobre a legislação tributária, tendente a identificar possíveis práticas ilícitas dos sujeitos passivos consulentes.

Com base nesses dados, para o triênio 2012 a 2014, o Governo tem como compromisso dar prosseguimento às obras já iniciadas, principalmente no sistema viário,

e em relação à Copa do Mundo de 2014, tem o desafio de preparar nossa cidade para sediá-la. Além disso, pretende desenvolver, com recursos de operações de crédito contratadas e a contratar, os seguintes projetos:


- Drenagem e Pavimentação Pôr do Sol e Parte Sol Nascente;
- Programa Transporte Urbano Etapa II;
- Sistema de Abastecimento de Água do Lago Paranoá;
- Túnel de Taguatinga;
- Brasília Sustentável II;
- Programa de Desenvolvimento econômico do Distrito Federal (Procidades);
- Brasília Segurança Integrada;
- Projeto de Desenvolvimento Fazendário do Distrito Federal – PRODEFAZ, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO;
- BNDES Estados (Complementação Fontes VLP Eixo Sul);
- Ampliação da Rodovia DF-047;
- Extensão do Metrô (Samambaia, Ceilândia e HRAN);
- Implantação do Sistema de Transporte Coletivo Eixo Sul;
- Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Programa de Gestão das Águas e Drenagem Urbana - Águas do Distrito Federal;
- Programa de Modernização da Gestão Pública do DF (SWAPP);
- Programa de Transportes Urbanos do Distrito Federal;
- Implantação do Sistema de Abastecimento e de Esgotamento de Águas Lindas;
- Implantação do Sistema de Produção de Água do Corumbá Sul 1 e 2;
- Infra-Estrutura e Saneamento Básico - Pró Moradia;
- Pro-Moradia II Arapoanga, Mestre D'Armas e Sol Nascente;
- Obras de Melhorias do Sistema Viário e dos Equipamentos Urbanos - Eixo Norte
- Programa de Manutenção e Conservação Urbanística de Vias do Distrito Federal - 1ª Fase
- Programa de Financiamento de Contrapartida do Programa de Aceleração do Crescimento - CPAC - Paranoá Parque

Concomitantemente, honrará as despesas obrigatórias, incluído o custeio de áreas prioritárias como saúde e educação, bem como o cumprimento integral da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CONCLUSÃO

O relatório conclui que o Governo do Distrito Federal em 2011 atingiu com folga a meta da **Relação Dívida/Receita Líquida Real** (24% da RLR); apresentou **Resultado Primário** superavitário de R\$ 149 milhões, superior à meta de –R\$ 405 milhões; manteve suas **Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida-RCL** em 52,28% aquém da relação de 60% da RCL acordado na meta (excluídas as despesas de inativos e pensionistas); arrecadou como **Receitas Próprias** o montante de R\$ 8.649 milhões, valor superior ao projetado de R\$ 8.621 milhões (justificativas apresentadas na seção 2.4 do relatório); realizou as ações compromissadas na meta de **Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**, apresentando, inclusive, indicador das Outras Despesas Correntes/Receita Líquida Real em 40,38%, limitado pela meta em 46,25% da RLR; e manteve-se dentro da meta **Relação dos Investimentos e Inversões/Receita Líquida Real** com 10,35% (meta de 14,94%).

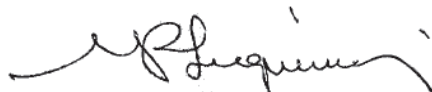
Considerando o exposto neste relatório, é esperado que o Distrito Federal seja considerado adimplente em todas as metas definidas pelo Programa.

Em decorrência do relatado neste documento, o Governo do Distrito Federal coloca-se à disposição para esclarecimentos que, por ventura, sejam necessários. 

4

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES

Brasília, de maio de 2012.

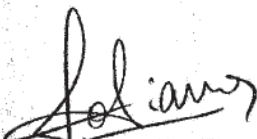


MARCELO PIANCASTELLI DE SIQUEIRA
Secretário de Estado de Fazenda



PAULO SANTOS DE CARVALHO
Subsecretário do Tesouro

Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:



FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS
Gerente de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal
Telefone de contato: 3312-5828